

Recordações da “Invernadinha”: Justiça cega em Terra de índio, onde quem mata são os fazendeiros.

Rafael Allen Gonçalves Barboza.

Resumo: Este artigo apresenta um estudo sobre a história e a memória dos mais velhos da comunidade Terena da Terra indígena Buriti, localizada entre os municípios de Dois Irmãos de Buriti e Sidrolândia, estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de um trabalho que mais especificamente pretende registrar a história (Terena) e a memória dos Terena sobre seu próprio território, através da minha participação na tradicional festa de São Sebastião (momento importante em que fiz meu trabalho de campo). O foco central deste artigo é voltado à etnicidade Terena e sua concepção sobre o seu território, assunto transmitido pela tradição oral às novas gerações. É uma tentativa de revitalizar e ressignificar as histórias dos tempos dos avós dos avós. Período de intensa recordação do conflito e das tentativas de dominação e subjugação que passaram a enfrentar por parte de agentes dos órgãos indigenistas oficiais e de representantes das frentes expansionistas do Estado nacional. Na atualidade os Terena sentem cada vez mais a importância em produzir e socializar novos conhecimentos sobre sua história, transmitido dos mais velhos para as gerações mais novas através da oralidade. Assunto considerado relevante do ponto de vista da comunidade e também para a reivindicação de direitos tradicionais territoriais na atualidade.

Palavras-chave: Violência Indígena , História Indígena , Terena de Buriti, Terra Indígena Buriti.

Considerações iniciais

O presente trabalho trata da história dos índios Terena na região serrana de Maracaju, mais especificamente na microbacia hidrográfica do córrego Buriti, nos atuais municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, onde está localizada a Terra Indígena de Buriti.

Este trabalho pretende analisar e registrar a história e a memória dos Terena sobre seu próprio território. Através dos diálogos transcritos neste trabalho, percebe-se

que é inevitável não recorrer até o recorte temporal da Guerra do Paraguai (1864-1870); esta guerra está muito presente no imaginário coletivo não só dos Terena de Buriti, mas de todos originários da região, sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. Outro recorte temporal bastante frisado nas falas dos interlocutores é a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) 1910 e em 1967 substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cuja transição teve como implicação a adoção da política de aldeamento e assim foi criada a Reserva Indígena de Buriti.

Esse contexto resultou em um processo de territorialização definido por Pacheco de Oliveira (1998), entendido como uma adaptação da organização social e da cultura Terena a uma nova situação histórica e política-administrativa, relacionada à vida em uma área bem menor se comparada com os 30.000 hectares que ocupavam até o primeiro quartel do século XX. Somam-se a isso as tentativas de dominação e subjugação que passaram a enfrentar por parte de agentes dos órgãos indigenistas oficiais e de representantes das frentes expansionistas do Estado nacional.

Por isso, também, na atualidade os Terena dão cada vez mais importância em produzir e socializar novos conhecimentos sobre sua história, transmitindo conhecimentos dos mais velhos para as gerações mais novas, como recentemente tratou o historiador terena Éder Alcantara Oliveira (2013). Trata-se de tentativas de revitalizar e ressignificar as histórias dos tempos dos avós e dos avós dos avós, às vezes chegando até cinco gerações.

Cumprir explicar que hoje em dia a Terra Indígena Buriti conta com 2.090 hectares devidamente regularizados. No entanto, também tramita na Justiça Federal um processo de ampliação da área para 17.200 hectares, assunto este que tem sido estudado por diversos pesquisadores, como é o caso de Eremites de Oliveira & Pereira (2007, 2012), dentre outros autores.

Por isso o presente trabalho apresenta um estudo que busca contribuir para o conhecimento da história e da memória de pessoas idosas da comunidade Terena da Terra Indígena Buriti. Trata-se de um trabalho que mais especificamente analisa a história e a memória dos Terena sobre seu próprio território, assunto considerado relevante tanto do ponto de vista da comunidade quanto da história indígena produzida na academia.

Procedimentos metodológicos

O presente trabalho é fruto de um PIVIC que realizei no decorrer do curso de graduação em Ciências Sociais que tinha como foco principal trabalhar com a história indígena e a memória de pessoas idosas, cujo título era: “Historia indígena e memória do território Terena na região serrana de Buriti, Mato Grosso do Sul”. A partir dessa iniciação científica passei a fazer levantamentos bibliográficos que tratavam da história dos indígenas da etnia Terena nos atuais municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, estado de Mato Grosso do Sul onde a Terra Indígena Buriti está localizada

Em seu livro “Cultura com aspas”, Cunha (2009) nos remete a importância de diálogos da escuta e compreensão do que o outro está falando, que mais importante do que um pesquisador ir a campo e falar com os nativos é conseguir estabelecer um diálogo entre eles, conhecer sua história, trajetórias, lutas e interesses: “não se trata em Roma de falar como os romanos, trata-se, no entanto, de falar com os romanos. O que significa que a etnicidade é linguagem não simplesmente no sentido de remeter a algo fora dela, mas no de permitir a comunicação.” (Cunha. 2009, p.237)

Não vamos nos tornar Terena, como postulava Malinowski, mas devemos tornar possível o diálogo afim de que ocorra uma interação entre pesquisador e pesquisado. Através desses diálogos visualizamos a possibilidade de uma interpretação do discurso social. Com a dinâmica de interpretações e contra interpretações e que podemos vislumbrar o que Geertz (2013) denomina como ‘teia de significados’. A partir dessa teia é possível que o interprete e o interpretado compartilhem os mesmos sentidos, estabelecendo uma relação intersubjetiva sobre uma base objetiva: os dados de campo.

Segundo Cardoso de Oliveira (2006), a pesquisa etnográfica possui três procedimentos básicos, três atos cognitivos: “olhar”, “ouvir” e “escrever”. O *olhar* e o *ouvir* referem à primeira etapa dos trabalhos antropológicos, o campo; e o *escrever* constitui o segundo momento do trabalho, a interpretação etnológica. A “faculdade do entendimento” se refere a esses três atos cognitivos que possibilitam o trabalho com questões sociais, fundamentais para a construção do saber. (Cardoso de Oliveira, 2006.)

A investigação empírica se inicia através do olhar, sendo fundamental que este olhar esteja disciplinado pela disciplina (antropologia). Esse é o momento que vai além da vivência junto ao grupo. Articula-se com os conhecimentos já adquiridos em relação ao método etnográfico e a história do grupo observado:

“... a teoria social pré-estrutura o nosso olhar e sofisticada a nossa capacidade de observação” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006.p. 21).

Só o olhar não é suficiente para apreender de fato a visão de mundo do outro, é preciso que os ouvidos também sejam disciplinados. Cardoso de Oliveira em relação ao ouvir disciplinado, refere-se à capacidade do pesquisador captar o que é “ruído” nas entrevistas. A concepção de ruído designa toda informação irrelevante ao corpus teóricos do trabalho.

Através do ouvir disciplinado desenvolve a habilidade de ouvir possibilitando a interação entre as duas partes; o ouvir e ser ouvido. Tal interação é denominada pelo autor como “observação participante”, com a função de ser o motor gerador de hipóteses.

Ao considerando “o outro” com interlocutor, nasce o diálogo, propiciando o “encontro etnográfico”, que por sua vez permite o compartilhamento do mesmo entendimento entre pesquisado e pesquisador denominado como “fusão de horizontes”. Segundo Cardoso de Oliveira: “O ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrutura mão única, em uma outra de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação”.(CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006. O trabalho do antropólogo. p.24).

A disposição do pesquisador em estar aberto para reaprender outras formas de organização social que se diferem da sua sociedade é de grande relevância. Mas Cardoso de Oliveira (2006) pontua que na “fusão de horizontes” o antropólogo não precisa abdicar da sua perspectiva, mas abrir espaço para a perspectiva do outro. Torna-se indispensável que o etnógrafo aproveite bem o momento da observação participante e tente absorver ao máximo a realidade vivenciada.

O ato de escrever é um exercício a ser realizado fora da situação do trabalho de campo, que pode alcançar maior grau de desempenho cognitivo. É o momento da interpretação dos dados que exige maior senso crítico em relação a essa matéria- prima obtida pelo antropólogo que resultara no produto final: a etnografia.

A etnografia é a materialização de toda concepção adquirida pelo pesquisador referente ao grupo. Ela proporciona de fato o conhecimento científico, através de reflexão dos dados como a das transcrições e o diário de campo, dentre outros recursos. Através da escrita identificamos a representação coletiva da linguagem e argumentação, originando uma interpretação do pesquisador.

Vale lembrar que para GEERTZ (2005) uma boa etnografia é a capacidade de convencimento do antropólogo de conseguir passar ao leitor o fato de que ele realmente

penetrou em outra forma de vida ou foi penetrado por ela. Segundo este autor o convencimento será obtido somente através de uma boa escrita.

“ “Estar lá” em termos autorais, enfim, de maneira palpável na página, é um truque tão difícil de realizar quanto “estar lá” em pessoa...” (GEERTZ. Estar lá.2005p38)

Em campo a pesquisa teve três momentos principais. No primeiro momento, fomos a campo com o orientador para fazer o contato inicial com a comunidade, solicitar autorização para a realização dos trabalhos, conhecer pessoas idosas que pudessem ser entrevistadas e tomar ciência *in loco* da região onde vivem os Terena de Buriti. No segundo momento, fomos a campo em janeiro de 2013, quando ficamos dez dias na comunidade, de 14 a 26 de janeiro de 2013, ocasião em que passamos toda a festa tradicional de São Sebastião, o padroeiro da Aldeia Buriti, a maior dentre as oito ali existentes. As sete outras são as seguintes: Córrego do Meio, Água Azul, Recanto, Oliveira, Lagoinha, Barreirinho e Olho D'Água. Essa festa teve grande importância para a pesquisa, pois durante sua realização foi possível conhecer praticamente toda a comunidade e ter uma prévia visibilidade de papéis sociais das pessoas que ali residem. O terceiro momento, igualmente importante, foi após a festividade do santo padroeiro, quando foram organizadas visitas de caráter etnográfico com importantes interlocutores. Neste sentido, também foram feitas anotações em diário de campo e realizados registros fotográficos no decorrer do trabalho, sobretudo durante as entrevistas realizadas com os interlocutores nas *vilas* que compõem a Aldeia Buriti, as quais constituem unidades de ocupação constituídas por uma rede de famílias com vínculos de parentesco e aliança política.



Figura 1 – Procissão a Festa de São Sebastião no dia 19/01/2013.

As entrevistas foram feitas, principalmente, para saber as seguintes questões: 1) como os interlocutores indígenas, especialmente com os mais idosos, compreendem a constituição do território Terena na região, especialmente antes da instalação e intensificação das fazendas de gado na região de Buriti, o que se deu na primeira metade do século XX; 2) onde viveram quando crianças; 3) se foram expulsos do local de nascimento; 4) como era a relação com atividades como caça, pesca e agricultura; 5) qual a memória que possuem sobre pessoas, famílias, *purutuya* (não índio), território e territorialização.

Em linhas gerais, foram feitas entrevistas com pessoas idosas que possuem importantes papéis na aldeia, como a de lideranças políticas, religiosas e educacionais. Foram valorizadas as memórias sobre as histórias contadas e vividas pelos avós dos interlocutores. Em muitas narrativas apareceram histórias ligadas a personalidades como José Ubiratã, primeiro professor indígena na região, e Joaquim Teófilo, primeiro cacique de toda região quando muitos viviam na antiga aldeia da Invernada dos Buritis. Também foi feito o registro das consequências das ações da SPI em confinar os Terena na reserva indígena.

Durante os trabalhos de campo foi possível observar várias esferas que compõem a vida na Aldeia de Buriti, como as articulações políticas e as relações sociais que afirmam a identidade étnica. Exemplo disso são as próprias atividades religiosas,

bem como a existência de *triestros* ou caminhos estreitos interligando residências de parentes e amigos, os quais funcionam como uma rede de aliança.

As entrevistas tiveram como principais interlocutores as seguintes pessoas:

- Basílio Jorge: nascido no Córrego do meio em 19 de maio de 1950; atuou como cacique em 2001 da Lagoinha, vila desmembrada do Córrego do meio, sendo até hoje uma liderança com muito prestígio, é professor e pastor.
- Juscelino Bernardo Figueiredo: nasceu em Buriti no dia 27 de setembro de 1941, de família tradicional, sendo que o fundador da festa de São Sebastião foi seu pai; nascido e criado em Buriti.
- Noel Patrocínio: nasceu na beira do Córrego do meio, em 1932, filho de André Patrocínio, da etnia Guaicuru, e um importante personagem da história de Buriti; é professor e por muito tempo foi militante pela causa de seu povo.
- Eliseu Gabriel: nascido no Córrego de Meio no dia 16 de junho de 1955, professor.

Através desses interlocutores foi possível registrar parte da memória histórica que os Terena possuem sobre a região, especialmente a partir da década de 1930.

Os Terenas de Buriti e a memória sobre o território

A organização dos Terena na região de Buriti, como também ocorre entre outros povos indígenas, está baseada em relações de parentesco, aliança política e reciprocidade, sendo que o ideal é viver entre os parentes. O líder familiar geralmente é o mais velho, quem por vezes é denominado de *tronco familiar* ou *tronco velho*. É interpretado pelo antropólogo Pereira (2007, 2012) que no grupo familiar quem lidera é o tronco, ele possui autonomia política e econômica, porém isso também ocorre dentro de princípios ligados à reciprocidade em relação a outros *troncos*.

Estudos realizados desde a década de 2000 atestam que a ocupação Terena no território que hoje é Buriti se deu bem antes da titulação de terras a favor de particulares, o que se intensificou após a guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (Eremitas de Oliveira & Pereira, 2007, 2012).

Comumente nas narrativas registradas, os interlocutores destacaram atividades de caça, pesca, coleta e cultivo que desenvolviam antes da titulação das terras que

tradicionalmente ocupam a fazendeiros. Também se lembraram de antigos *trieiros* utilizados pelos Terena naqueles tempos. A trajetória deles é quase sempre lembrada pela sua abertura para a exterioridade e também por sua índole pacífica. Um fato histórico que contribui para esta afirmação foi a participação direta dos Terena na referida guerra envolvendo soldados paraguaios e brasileiros na região. A participação Terena nesse conflito bélico se deu para garantir os territórios que ocupavam e também para defender o país. Assim o fizeram com soldados, mas também no fornecimento de alimentos, estadias, remédios, guias e informações ao Exército Imperial, haja vista o amplo conhecimento que possuem sobre a região (Eremites de Oliveira & Pereira, 2007).

Mas a posse da terra que ocupavam foi interrompida quando o governo brasileiro, ainda na segunda metade do século XIX, passou titular grande parte do território Terena a fazendeiros e outros. Por este motivo, assim certa vez explicou uma importante liderança política de Buriti, falecida na década de 2000: “... o ex-cacique Armando Gabriel, ao analisar a situação sócio-histórica vivida pelo grupo, argumentou que os Terena receberam do governo imperial apenas três botinas por lutarem ao lado do exército brasileiro na guerra contra o Paraguai: ‘duas no pé e uma na bunda’” (Eremites de Oliveira & Pereira, 2007).

Diante do esbulho sofrido em suas terras, muitos Terena enfrentaram grandes dificuldades na região, inclusive para sua reprodução física, pois foram expulsos das áreas onde praticavam atividades de caça, pesca, coleta e agricultura. Com isso muitos passaram a trabalhar nas fazendas, dentro do sistema de camaradagem, isto é, uma forma de exploração do trabalho indígena em fazendas de gado, relacionado a um sistema de dívidas e dependência que lembra o trabalho escravo.

Os *trancos* mais antigos são lideranças de famílias extensas e até mesmo de uma parentela, onde a principal atividade econômica tradicional é agricultura. Esta situação foi presenciada quando fomos procurar o senhor Basílio Jorge para a entrevista. Ele estava com sua mulher trabalhando a terra para plantar feijão. Foi neste cenário que se iniciou a nossa conversa. Voltando da roça e chegando a sua casa, ele nos convidou para tomar um café, quando sentamos em bancos e redes que estavam no quintal de sua casa, uma área de pomar, onde iniciamos uma conversa informal, cujo conteúdo será descrito sucintamente na sequência.

Primeiramente, no que se refere à Comissão Terena organizada em 1930 para ir à cidade do Rio de Janeiro tratar de assunto relativo à terra da qual estavam sendo expulsos, assim ele explicou:

Na época, segundo o nosso conhecimento, que nós ficamos sabendo, foi o pai do Noel. Eles moravam na beira do Córrego do Meio, ali em cima né, onde hoje é conhecido como Engenho Velho. Até pouco tempo tinha uns palanques lá, que era dos engenhos, que eles utilizavam para fazer rapadura. Até hoje é conhecido como Engenho Velho. Então lá morava o pai do Noel. Noel justamente nasceu na beira do Córrego do Meio, lá em cima. Então na época foi o pai dele, que era o André Patrocínio, e o Sebastião. Não me lembro quem eram os outros dois... O André Patrocínio vendeu alguns bezerros para pagar a passagem e foram para o Rio de Janeiro, na época pedir a reivindicação, pra requerer o resto de nossas terras. E até hoje está nessa luta que está na justiça aí. Chegando lá era época de revolução [*Revolução de 1930*]. Mas não foram atendidos lá. Mas desde aquele tempo já vinha se arrastando, já tinha visão que aqui era pequeno demais.

Segundo Eremites de Oliveira & Pereira (2012), essa comissão foi assim constituída:

Para tentar fazer frente a essas ocupações, com o propósito de assegurar os direitos dos Terena sobre a terra cuja ocupação começa a ser ameaçada, uma comissão formada pelos Terena Ernesto Filho (cacique), Sebastião Delgado e André Patrocínio, viajou até o Rio de Janeiro para reivindicar a demarcação das terras que estavam sendo invadidas. O terena André Patrocínio teria proporcionado os recursos para a viagem com a venda de alguns bezerros. Isto teria acontecido por volta de 1933. A decisão de realizar a viagem teria sido dada devido à impossibilidade de poder contar com os representantes locais do SPI para encaminhar a demanda de demarcação da terra. A viagem não surtiu os efeitos esperados, pois na capital nem chegaram a ser recebidos pela direção do SPI, devido a conturbações políticas porque passava o país naquele período, momento marcado pela ditadura Vargas. (Eremites de Oliveira & Pereira, 2012, p.198.)

Outra pessoa bastante lembrada por Basílio Jorge foi o ex-cacique Joaquim Teófilo:

O Joaquim Teófilo foi o primeiro cacique da região daqui né, lá do córrego pra cá. Mas só que ele morava não era aqui, era lá na zona do Paratudal, na outra comunidade de frente hoje da fazenda Água Clara, mas do outro lado de Buriti. Aonde hoje está no comando da fazenda Estrela, do finado Geraldo Corrêa. Então lá era a primeira comunidade indígena, onde o Joaquim Teófilo era o cacique. Mas aí a mando do proprietário na época, era o Agostino Rondon, ele era aliado com o primeiro chefe de posto aqui do SPI. Era Alexandre Honorato, segundo eles eram compadre, eram amigos e ele vinha muito aqui, e ele ia lá. Então eles tinham muito esse lado de comunicação. Ele convenceu o chefe de posto negociar para retirar os índios de lá. Hoje nós temos na historia processual aí tudo o que aconteceu na época. Então o Alexandre Honorato, que era o primeiro chefe do SPI, consentiu que ele fosse buscar força policial em Aquidauana, não tinha

Anastácio, era Aquidauana. Aí trouxe força policial de Aquidauana e expulsou os índios de lá. Aí que fundou a aldeia da Invernada. Eles vieram por aqui, a maioria atravessaram pela Invernada e fundaram a aldeia da Invernada. E nessa ocasião veio gente lá do Barreirinho também que era a primeira comunidade da região. Vieram para cá a família Reginaldo que estão hoje na Água Azul. Aí eles fundaram ali a aldeia Invernada. Aí mais tarde com essa ocupação indígena vieram permanecer na Água Azul. E aqui alguns vieram para cá, porque existia várias comunidades indígenas. Toda a região aqui tinha comunidade. Eu nasci no Córrego do Meio, o meu avô é um dos fundadores da comunidade aqui. Meu avô por parte de mãe se chamava João Batista Bueno. Eram em cinco irmãos: João Batista Bueno, Bonifácio Bueno, Agostino Bueno, Benedito Bueno e Gerônimo Bueno; eram cinco irmão por parte de mãe. Por parte de meu pai, meu pai, o pai do meu pai chamava João Jorge que era conhecido como João chalana, esses purungueiro feiticeiro. Eles eram Terena, mas por parte da minha mãe era Laiana. Daí cruzou Laiana com Terena, na qual hoje eu faço parte um pouquinho de cada.

Essa fala remete ao descaso do governo brasileiro em relação à participação dos Terena na guerra contra o Paraguai, quando seu território foi transformado em fazendas de gado e sua expulsão da área foi feita com a participação de um funcionário do SPI.

No caso do senhor Juscelino Bernardo Figueiredo, assim ele disse:

O meu pai veio para cá em 1902, porque meu pai foi da região de Miranda, de Agaxi. Me parece que ele chegou com dezessete anos aqui, quando eu estudei aqui era no posto para falar português. Quando eu me entendi por gente o chefe de posto que eu lembro era Angenor bem depois do tempo de Ubiratã e do tempo do coronel Nicolau Barbosa. Então já era bem pra cá, em 1955 por aí. Na época a lavoura aqui era feito no braço. Nós plantava arroz, feijão, mandioca, milho, banana... Não era mais do que isso. Mas só que aí a lavoura era cultivada no braço. Daí demorava muito, já tinha a época certa de plantar. Nós não fazia a roça hoje e amanhã plantava, vazia hoje e falava: “Vou esperar tal tempo”. Tal dia em setembro, outubro principalmente, o arroz e o milho também. Se plantar o milho em novembro já não presta, tem que ser em setembro, mas era o tempo bom, o tempo de chuva, hoje está tudo misturado. Eu me lembro também da época da *Captura* (polícia estadual) no tempo do Getúlio Vargas. Bom isso daí quem falava para a gente era o meu avô, né. O que era a *Captura*? E o que a pessoa fazia? No passado não existia lei, a lei o que que era? Era quem tinha mais arma, aí formaram a *Captura*, a “Lei 44” eles falavam bem assim. E a *captura* fazia com as pessoas, mandado pelos comandantes deles e falou: “Se não trazer ele traz pelo menos a orelha dele”. Meu avô contava assim. O meu avô sempre falava que ele morou em Campo Grande, no início de Campo Grande, né. O SPI teve um tempo que eu lembro comprava... Sei lá, gado, para a gente criar gado... Olha só que eu me lembro quem trabalhava em fazenda, trabalhava só em troco da comida pra tratar da família, a parte da educação não tinha, não se formava ninguém. Então nós perdemos muita terra, colocaram nós nesse pedacinho, a área era maior né e os fazendeiros invadiram que nem essa fazenda estrela era da aldeia, correntes era da aldeia, o Canastrão, aqui era da aldeia, então os fazendeiros foram... É terra devoluta e até hoje. Muitas vezes o patrício... Está nesse pensamento até hoje, tem o direito. Ter tem né? Mas os fazendeiros querem o dinheiro, até

hoje eles matam e a justiça não faz nada. É o que a gente lembra dessa Invernadinha que a aldeia era lá. Então o meu avô chegou aqui foi nessa época da guerra NE? Na verdade aqui era o Paraguai, não tinha nada certo ainda. No passado em 1968 só aqui, Córrego do Meio, não tinha a Lagoinha, Água Azul. Só tinha Água Azul, não tinha outro lugar. Buriti era só Buriti. Eram três aldeias e hoje são nove. Então na época do meu avô, ele foi cacique que... primeiro o cacique Teófilo ele não tinha escolaridade. O Farias também não. Aí meu avô morava em Patrimônio Aroeira. Souberam que ele estava trabalhando em fazenda, foram lá buscar ele, por sinal ele tinha uma caligrafia muito boa.

Já Noé Patrocínio assim disse:

Meu pai era o André Patrocínio, ele era descendente de Guaicuru, falante. E minha mãe era a dona Joaninha Jorge. Ela era irmã do pai do Basílio Jorge. Ele é meu primo-irmão. Eu nasci em 1932. O que lembro do meu pai que eu escutava histórias, foi que ele vendeu uns bezerros que ele tinha para ajudar na viagem na época do cacique Ernesto Filho. Eles organizaram uma comitiva entre quatro pessoas e o cacique achou melhor meu pai fazer parte dessa comitiva. Bom a comissão foi para o Rio de Janeiro, mas lá enrolaram muito eles. Como ele chegou lá na época da revolução, ele não conseguiu falar com ninguém. A viagem era muito demorada. Naquele tempo não tinha estrada para sair daqui e ir para Campo Grande para pegar o trem, eles foram de cavalo. Depois lá pegou o trem e lá tinha os dias certos que o trem passava. Só que eles foram. Porque nesse tempo já sabia que a aldeia aqui seria muito pequena e aí assim foi isso que ele me contou. Eu nasci no Córrego do Meio e quando eu era pequeno meus pais se mudaram daqui para eu estudar, mas depois voltei. Sinto que aqui é o meu lugar. Eu tive tantas coisas boas fora da aldeia e por que eu não fiquei por lá? Não criei raízes em lugar nenhum, aqui, aqui eu criei raízes profundas, mas por quê? No processo de reaver as terras daqui, a pessoa principal depois do cacique era o meu pai NE? O personagem no relatório do reconhecimento da terra aqui, o personagem central ali depois do cacique que organizou, que viu que a terra era pequena, aí o próprio personagem foi o meu pai. E eu tenho sorte porque está escrito no relatório, têm documentos. Ele sempre foi lembrado e todos fazem referência ao André Patrocínio, ele era Guaicuru, em certo momento teimoso e durão, mas de coração mole. Meu pai não gostava de evangélico, tanto que uma certa vez ele aprontou. Ele sempre teve cavalo Guaicuru né, cavaleiro, subiu no cavalo e foi para igreja, foi de plano feito. Jogou o reio no lombo, o plano dele era surrar o pastor NE? Foi lá para isso, estava decidido, entrou na igreja e esperou o momento da pregação e tal. E ele não teve coragem, ele amoleceu, não teve coragem de surrar o pastor não. E a partir daquele dia passou a modificar a vida dele, e ele festava São Sebastião, antigamente lá no Assoalho com os pé de bode. Ele era festeiro, ele participava de todo o *pisero*. Mas aí modificou a vida dele, ele se converteu para um evangélico muito fervoroso. E aqui em Buriti, o Buriti até hoje são rebelde para com os evangélicos. Então se ele era festeiro, festejava junto. Quando ele se converteu, se afastou dos amigos e companheiros dele. Aí eles ficaram com raiva. O meu pai não tinha tristeza e aí os companheiros dele sentiram falta da companhia. A minha mãe era muito simples, como toda mãe, ela era muito amorosa com os filhos.



Figura 2 – Rafael Allen Barbosa e professor Noel no terreiro de sua casa.

No caso da entrevista com o senhor Eliseu Gabriel, assim foi registrado:

É porque os alunos dessa nova geração não sabe da história do passado. Eles tem que saber NE? Eu sou m dos professores que dou muita história também. Eu sou professor regente. Tem um concurso de regente e depois tem um concurso de língua Terena. Eu nasci aqui, vivi minha infância aqui, aí eu estudei em Aquidauana e depois de Aquidauana fui estudar em São Gabriel d'Oeste. Não fui expulso do local, sempre fui aqui mesmo. O primeiro chefe do posto aqui foi Honorato. Naquela época não tinha essa evolução, hoje nós temos, século XXI. Hoje mudou muito, a Internet está presente aqui e também o conhecimento, a influência e outra porque também os pais não ficaram estagnados, eles tiveram uma visão. Por isso que hoje os filhos hoje aqui, o Córrego do Meio são celeiro. Nossos professores são daqui mesmo, estudaram, dominaram os códigos urbanos, sabem viver dos dois lados. Sabem viver lá e aqui. O que a gente vê é que a gente não ficou parado. E a gente vê que no nosso passado não tinha oportunidade, e foi um avanço essa tecnologia e outra também cresceu muito.

Durante a entrevista, o filho dele chegou com um tereré e achamos uma sombra. Foi quando perguntei sobre o que ele lembrava a respeito dos pais ou avós, o que contavam acerca de Joaquim Teófilo. E o senhor Eliseu Gabriel assim respondeu:

O Joaquim Teófilo, ele foi segundo as histórias daqui, ele foi um dos primeiros caciques, foi um que abraçou. E ele foi uma das pessoas que ficou um tempão mesmo recebendo todas as autoridades que vinham aqui para a criação da nossa aldeia. Liderando aqui tudo, ele era da aldeia Invernada. A primeira aldeia foi a Invernada, lá ele foi cacique, só que aqui não tinha essa divisão que se tem hoje. Hoje tem nove aldeias aqui, que é Córrego do Meio aqui, Buriti, Tereré, Recanto, Água Azul, Olho D'Água, Barreirinho, Lagoinha. São nove aldeias Terena aqui [contando com Tereré, na Terra

Indígena Buritizinho ou Tereré, em Sidrolândia). Antigamente o Joaquim Teófilo liderava todas, porque era poucas famílias, aí depois com esse crescimento teve que dividir, cada comunidade o seu líder.

Perguntado sobre a comissão que foi para o Rio de Janeiro, ele assim respondeu:

Foi uma comissão para que eles chegassem lá. O pai do seu Noé teve que vender uns bezerros para pagar as passagens. Só que chegaram lá, Hotel Pão de Açúcar, segundo histórias NE? Enrolaram eles, aí diz que eles ficaram um tempão. Daí falaram: “Ele não vai poder te atender hoje”.

Questionado sobre José Ubiratan, eis a resposta registrada:

Ubiratan era sobrinho do Cândido Mariano da Silva Rondon. O Rondon tinha uma autoridade muito grande. Ele recebeu uma delegação do próprio presidente Nilo Peçanha na época. E aí ele veio para cá, aí começou a formar as aldeias indígenas. Como depois da Guerra do Paraguai os índios foram empregados dos latifundiários, dos grandes fazendeiros, e aí a carta que ele mesmo elaborou... A carta. Para recrutar os índios da fazenda para formar a aldeia indígena. Porque foi abaixado um Decreto 850, me parece, que o governo pediu para os grandes pecuaristas latifundiários fazer as áreas de fazendas pra não deixar assim, as áreas isoladas. Foi quando veio aquela lei para cá, devoluta, registrar terra e a terra voltar para o estado, e daí não voltaram até as aldeias indígenas foram invadidas. E aí os índios tiveram que segurar mesmo, onde José Ubiratan falou: “Vamos fazer aldeia indígena, as reservas indígenas, que o direito é de vocês fazer aqui a terra. Só que ficou apenas no... Na fala. Enquanto os grandes fazendeiros e a própria lei foi criando os cartórios, índio não sabia o que que era cartório. Foi segurando. Daí naquela época José Ubiratan chegava na fazenda, aí mostrava a autorização para ele tirar os índios e fazer uma aldeia, com dívida ou sem dívida.

E seguida foi perguntado sobre a intensificação da criação de gado na região:

SPI mandou 2500 cabeças de gado pras aldeias, só tinha 3 aldeias, que era Buriti, Água Azul e aqui [*Córrego do Meio*]. Daí dividiu um pouco para Buriti, um pouco para Água Azul e um pouco para o Córrego do Meio... 2.500 vacas, daí soltavam o gado aqui. E em 80 eles levaram esses gados não sei pra aonde. Naquela época você sabe o que é militarismo, né? Ditador, até os velhos, hoje... Porque hoje estamos na democracia, os antigos não aceitaram muito bem. Foi um impacto a democracia, porque quem manda é o povo e claro que o Brasil foi muito bem contemplado pela democracia, recebemos liberdade. Tinha 2.500 gados, a SPI levou para algum lugar, o que era do próprio indígena daqui. Mas nos não podia reagir nada, porque se reagisse era militarismo.

Os trechos das entrevistas aqui transcritas revelam a situação de vulnerabilidade, insegura e violência a que os Terena estavam submetidos na região Buriti. Foi este o contexto do processo de esbulho que sofreram em suas terras e também do processo de territorialização a que foram submetidos na reserva indígena.

Considerações finais

A pesquisa aqui apresentada foi dividida em duas partes. Na primeira parte fizemos um apanhado sobre o histórico dos Terena, com base na bibliografia levantada, com algumas inferências acerca da organização social da comunidade de Buriti. Neste caso, nota-se que sua história está relacionada à memória dos mais velhos, valorizadas e transmitida às novas gerações com o intuito de fortalecer a luta por seus direitos. A segunda parte, por sua vez, trata das entrevistas. Analisando-as percebe-se o quanto está viva na memória social coletiva o processo de territorialização ao qual foram submetidos os Terena de Buriti. No caso, a memória dos mais idosos é marcada diacronicamente por eventos conhecidos da história do Brasil independente: Guerra do Paraguai, Revolução de 1930, criação da reserva indígena de Buriti etc.

Neste sentido, a chamada Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um marco na história indígena, pois foi durante o conflito que os Terena mantiveram estreitas relações com o governo imperial. Após o término das batalhas, contudo, houve o incentivo, por parte do Estado Brasileiro e do governo de Mato Grosso para a expansão das frentes econômicas da sociedade nacional. Neste contexto houve a titulação de terras indígenas, tidas com terras devolutas, a terceiros, muitos dos quais terminaram expulsando os Terena das áreas que ocupavam.

Nas entrevistas também fica claro que eles estão atentos ao cenário político brasileiro. Por isso em suas falas há uma espécie de síntese da história Terena no âmbito da história política nacional: Guerra do Paraguai (1864-1870), Proclamação da República (1889), primeiras reservas Terena (décadas de 1910-1920), primeiro cacique Joaquim Teófilo, criação do SPI (1910), José Ubiratan, regime militar (1964-1985), Constituição Federal de 1988 etc.

Dessa forma, a história dos Terena de Buriti está presente na memória dos anciões da comunidade, possibilitando transmitir às novas gerações, apresentando-as de maneira a possuir nexos com a história do Brasil.

Referências bibliográficas e biografia consultada

ALCANTARA OLIVEIRA, E. 2013. *História dos Terena da Aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra*. Dissertação de Mestrado em História – UFGD, Dourados.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1976. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2ª ed.revista. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1991. Introdução – Leitura de Rivers. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (Org.). *Antropologia de Rivers*. Tradução de Gilda Cardoso de Oliveira e Sonia Bloomfield Ramagem. Campinas, Editora Unicamp, p.7-48.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2000. *O trabalho do antropólogo*. 2ª ed. São Paulo, UNESP.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2002. *Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tiúkúna*. Brasília, Editora UnB.

CARVALHO, S. M. S. et al. 2001. *Bibliografia crítica dos povos Aruák do Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco*. São Paulo, Terceira Margem.

CAVALCANTE, T. L. V. 2011. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*, São Paulo, 30 (1): 349-371.

CUNHA, M. C. da 2009. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.

DEBERT, G. G. 1983. Problemas relativos à utilização de histórias de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Org.). *Aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.141-156.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2003. Sobre os conceitos e relações entre história indígena e etnohistória. *Prosa*, Campo Grande, 3(1):39-47.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2010. Parentesco, histórias de vida e sistema de assentamento: a aplicação de procedimentos da etnoarqueologia para a elaboração de laudos antropológicos sobre as terras indígenas Buriti (Terena) e Nãnde Ru Marangatu (Kaiowa), em Mato Grosso do Sul. In *Anais da 27ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Belém, ABA, p.1-13.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2012. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, 6:178-218.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2007. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, 1(2):1-20.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2009. *Nãnde Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul*. Dourados, Editora UFGD.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2012. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados, Editora UFGD.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. 2010. Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a

antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas. In AGUIAR, R. L. S.; EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados, Editora UFGD, p.185-208.

GEERTZ, C. A interpretação das Culturas. 1.ed. [Reimp.]. RJ LTC, 2013.

GEERTZ, C. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MALINOWSKI, B. 1984 [1922]. *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. Tradução de A. P. Carr & L. A. C. Mendonça. 3ª ed. São Paulo, Abril Cultural.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1998. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, São Paulo, 4(1):47-77.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1999. *Ensaio em antropologia histórica*. Prefácio de Roberto C. de Oliveira. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

PEREIRA, L. M. 2008. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Apresentação de Jorge Eremites de Oliveira. Dourados, Editora UFGD.

RIVERS, W. H. 1991. A idéia do parentesco. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (Org.). *Antropologia de Rivers*. Tradução de Gilda Cardoso de Oliveira e Sonia Bloomfield Ramagem. Campinas, Editora Unicamp, p. 49-152.

SALOMON, M. et al. (Org.). 2005. *Processos de territorialização: entre a história e a antropologia*. Goiânia, Editora UFG.

XIMENES, L. G. 2011. *Terra Indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*. 2011. Dissertação de Mestrado em História – UFGD, Dourados.